

HELENA CHAGAS



de Brasília

Quem cassa?

• Se o depoimento do senador Antonio Carlos Magalhães, como parece, não mudou o curso dos acontecimentos, deixa agora os senadores diante de questões práticas que exigem resposta imediata. Afinal, não se cassa um ex-presidente do Senado nem um ex-líder com a facilidade e a rapidez de quem vai à esquina tomar sorvete. Hoje a pergunta óbvia é: quem vai comandar o processo?

A experiência mostra que operações traumáticas desse tipo, em que o Congresso corta na própria carne, exigem um comandante firme, alguém com pulso para liderar a travessia. É preciso, nessas horas, um magistrado a zelar pelo prestígio da instituição, fazendo o que cobra a opinião pública sem incorrer em falhas, como o cerceamento de defesa e outras injustiças.

Normalmente, quem assume a incumbência de transformar o disperso consenso pró-cassação em ato concreto é o presidente da Casa em questão. No caso Luiz Estevão, Antônio Carlos desempenhou esse papel. No impeachment de Fernando Collor, houve um Ibsen Pinheiro para dizer que o que as ruas queriam a Câmara queria — afirmação cuja veracidade acabou comprovada quando o próprio foi afastado por obra da CPI do Orçamento.

Na presente situação, a missão cabe institucionalmente a Jader Barbalho. Terá hoje, contudo, o presidente do Senado condições de passar de arquiinimigo a juiz do processo de cassação de Antonio Carlos? Vai acabar na posição pública de algoz, por maior que seja a pressão popular e a convicção dos políticos quanto ao desfecho dessa história.

A esta altura, o que precisa ficar claro é que ACM, se cassado for, o será por ter violado o sigilo de uma votação secreta. E não porque este seja mais um capítulo (o último) da briga de vida ou morte com Jader. Cassação é decisão política, e o Senado se engrandece quando pune um dos seus por ter cometido delito grave. Mas se apequena se deixa passar a impressão de que a decisão tem fundamento em questões mais mesquinhinhas.

Isso sem contar o resto. Desde que assumiu a função, Jader vem passando quase todo o tempo a defender-se de acusações, que começaram com o Banpará e enveredaram pelos descaminhos da Sudam. Não anda também com o prestígio lá em cima. E vem sendo alvo de especulações de que, uma vez cassado Antonio Carlos, terá seu mandato por um fio, numa espécie de Lei de Talião da política — aquela do olho por olho, dente por dente.

É bem verdade que, até

agora, não há reparos ao comportamento do presidente do Senado quanto ao processo em si, mas esse na verdade nem começou. O que corre ainda é uma investigação a cargo do Conselho de Ética e da Corregedoria. Há quem diga, porém, que não fosse Jader presidente do Senado, não teria havido laudo da Unicamp, depoimento de Regina Borges ou outros elementos que desvendaram a fraude no painel e agora levam ACM e José Roberto Arruda ao caminho da cassação. Nos bastidores, ele está agindo sim, e muito.

Sob o argumento de que agora a questão tem que sair do âmbito da rixa pessoal e passar ao terreno institucional é que alguns, dentro do próprio PMDB, pensam em sugerir a Jader que saia de cena temporariamente para o julgamento do desafeto. Ou então que prometa afastar-se, tão logo encerrado o processo, até o fim das investigações que o atingem. Não se sabe se terão coragem de amarrar o guizo no pescoço do gato.

O fato é que todo esse quadro anda tornando mais complicada ainda uma situação que, pela própria natureza, já costuma ser para lá de difícil. Ninguém imagina — e muito menos o próprio — Antonio Carlos sendo cassado numa sessão presidida por Jader. Para não chegar a esse momento, ACM de tudo fará. Até mesmo renunciar, se sentir que não conseguirá mesmo a punição mais branda da suspensão do mandato.

Era essa, aliás, a aposta de muita gente ontem no Senado depois do depoimento. Se o fizer na hora certa, antes do início formal do processo, ACM mantém os direitos políticos e transforma a renúncia em ato político, dizendo-se vítima de um complô por seu combate à corrupção e de um processo eivado de vícios, presidido por seu pior inimigo. Volta à Bahia, deixa aqui o filho suplente e se candidata no ano que vem. O episódio não seria, portanto, o capítulo final.

Ainda é muito cedo para se afirmar sequer se o Senado conseguirá levar sua missão a cabo, quanto mais para se tentar prever futuros políticos. O Congresso faz seus julgamentos, mas os verdadeiros juizes vão dar o veredicto em 2002.